

ATA Nº 2

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR REALIZADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 2021

----- Aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, pelas vinte horas, reuniu, na Sala D'Ouro do Pavilhão Multiusos de Gondomar, em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Gondomar. -----

----- A Mesa foi constituída como segue: -----

----- **José Manuel Cardoso Alves Pereira** (1.º Secretário, substituto legal do Presidente da Mesa): -----

----- **Márcia Cristina Guedes de Castro Silva Bandeira** (2.ª Secretária, substituta legal do 1º Secretário da Mesa): -----

----- **Fernando Alicio Barreira Moraes** (Designado para substituir a 2.ª Secretária da Mesa): -----

----- Verificou-se a presença dos Senhores Deputados: Adelino de Oliveira Miranda, Ana Rita, Fernandes Bessa, Manuel Ferreira Martins, em substituição de Aníbal Jaime Gomes Lira, Arménio Lino Martins, Artur Fernando Torres Vieira de Sousa, Carla Isabel Pinto Ferreira, Carmina Maria dos Santos Lopes de Araújo, Daniel Filipe Oliveira Vieira, David Manuel da Rocha Santos, em substituição de Emanuel Fernando Pinto de Andrade, Eugénia Maria de Sousa Braga Leite de Faria, Fernando Cerqueira, Fernando Fernandes Duarte, Fernando Miguel dos Santos Azevedo, Joana Daniela Baldaia de Resende, João Pedro de Andrade Pinho da Silva, João

Pedro Serra Soares Forte, João Resende Pinto Figueiredo, José Miguel Miranda Laranjeira, Manuel Pedro Ferreira de Carvalho, Maria José Nogueira Barbosa Correia, Maria Rosa de Sousa Oliveira, Maribel Santos Fernandes, Marlene Sofia Pinto Soares, Ricardo Jorge Cardoso dos Santos Couto, em substituição de Nuno Filipe Pereira dos Santos, Nuno Miguel Ribeiro Pontes, Paulo Alexandre Pinheiro Nunes da Silva, Ana Patrícia Ferreira Pegas da Cruz, em substituição de Paulo Jorge Ferreira Machado, Sara Cristina Oliveira dos Santos, Telmo Afonso da Mota Viana, Urbano José Garrido de Brito Ferreira Marques. -----

----- Por inerência estiveram presentes os(as) Presidentes de Junta de Freguesia, Senhores(as): Deocleciano de Jesus Ferreira de Carvalho, em substituição de Francisco Alves Laranjeira - Presidente da Junta Freguesia de Baguim do Monte, Rui da Mota Correia - Presidente da Junta de Freguesia da Lomba, Nuno Filipe Brito da Fonseca - Presidente da Junta de Freguesia de Rio Tinto, Rosalina Sofia Neves Martins - Presidente da Junta de Freguesia de Fânzeres e S. Pedro da Cova, Silvino de Sousa Paiva - Presidente da Junta de Freguesia de Foz do Sousa e Covelo; Henrique Manuel dos Santos Cardoso, em substituição de António José Ribeiro Bráz - Presidente da Junta de Freguesia de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim e Licínia Raquel Lopes, em substituição de Manuel José Santos Paiva - Presidente da Junta de Freguesias de Melres e Medas. -----

----- Da Ordem de Trabalhos constam os seguintes pontos: -----

----- **A** – Período da Ordem do Dia: -----

06. DEZ 2021



Assembleia Municipal

----- 1. Lista ordenada de candidatos a Membros da Comissão Executiva Metropolitana do Porto – Votação na Assembleia Municipal (*Só votam os membros eleitos diretamente para a A.M.*); -----

----- 2. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia (bem como do seu substituto) para representar as Juntas de Freguesia deste Concelho no XXV Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses. -----

----- 3. Transferência de competências para as Autarquias Locais no domínio da Ação Social – Proposta da Câmara Municipal. -----

----- B – Período de Depois da Ordem do dia. -----

----- Entrou-se no Ponto “A” – **Período da Ordem do Dia**, tendo-se tomado as seguintes deliberações: -----

----- Foi verificada a identidade e legitimidade dos(as) Senhores (as): Manuel Ferreira Martins, eleito pelo PS, Ana Patrícia Ferreira Pegas da Cruz e David Manuel da Rocha Santos, eleitos pelo PSD, em substituição de Aníbal Jaime Gomes Lira, Paulo Jorge Ferreira Machado e Emanuel Fernando Pinto de Andrade, respetivamente, cujos termos de identidade e legitimidade adiante seguem. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

06. DEZ 2021



TERMO DE IDENTIDADE E LEGITIMIDADE

Aos seis dias do mês **dezembro** do ano **dois mil e vinte e um**, compareceu, em substituição do Senhor Aníbal Jaime Gomes Lira, o Senhor **Manuel Ferreira Martins**, para os fins previstos no artigo 79º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, tendo sido verificada a sua identidade através do Cartão de Cidadão nº 02774836, válido até 16-01-2030, bem como a sua legitimidade, por se encontrar posicionado no lugar imediatamente a seguir na ordem da lista do Partido Socialista, apresentada nas eleições autárquicas realizadas em 26 de setembro de 2021.

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA
(Substituto legal do Presidente da Mesa)

O ELEITO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

06. DEZ 2021



TERMO DE IDENTIDADE E LEGITIMIDADE

Aos seis dias do mês **dezembro** do ano **dois mil e vinte e um**, compareceu, em substituição do Senhor Paulo Jorge Ferreira Machado, a Senhora **Ana Patrícia Ferreira Pegas da Cruz**, para os fins previstos no artigo 79º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, tendo sido verificada a sua identidade através Cartão de Cidadão nº 14516437, válido até 02-11-2023, bem como a sua legitimidade, por se encontrar posicionada no lugar imediatamente a seguir na ordem da lista do Partido Social Democrata, apresentada nas eleições autárquicas realizadas em 26 de setembro de 2021.

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA
(Substituto legal do Presidente da Mesa)

A ELEITA



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

06. DEZ 2021



TERMO DE IDENTIDADE E LEGITIMIDADE

Aos seis dias do mês **dezembro** do ano **dois mil e vinte e um**, compareceu, em substituição do Senhor Emanuel Fernando Pinto de Andrade, o Senhor **David Manuel da Rocha Santos**, para os fins previstos no artigo 79º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, tendo sido verificada a sua identidade através Cartão de Cidadão nº 09631439, válido até 30-10-2029, bem como a sua legitimidade, por se encontrar posicionado no lugar imediatamente a seguir na ordem da lista do Partido Social Democrata, apresentada nas eleições autárquicas realizadas em 26 de setembro de 2021.

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA
(Substituto legal do Presidente da Mesa)

O ELEITO

----- **1. Lista ordenada dos candidatos à Comissão Executiva Metropolitana – Votação na Assembleia Municipal.** -----

----- Procedeu-se à votação, por escrutínio secreto, tendo estado presentes os trinta e três (33) Deputados eleitos diretamente, com o seguinte resultado: -----

----- VOTAÇÃO: vinte e dois (22) votos a favor; quatro (4) votos contra; e sete (7) votos em branco. -----

----- JOSÉ MANUEL CARDOSO ALVES PEREIRA (1.º Secretário, substituto legal do Presidente da Mesa): Antes de entrar no ponto dois da ordem de trabalhos, a mesa recebeu uma indicação do PSD, do falecimento de um Senhor deputado da Assembleia, Paulo Jorge Ferreira Machado. Eu convido alguém do PSD a dizer algumas palavras sobre o infausto acontecimento. -----

----- TELMO VIANA (PSD) – Obrigada por nos deixarem, infelizmente “furar” o protocolo desta Assembleia Municipal, mas o motivo que é, e ninguém quer nunca na vida trazer estas notícias para uma casa da Democracia, mas como se costuma dizer para morrer basta estar vivo. Aconteceu a um Deputado recém-eleito, que por acaso é do Partido Social Democrata, mas podia ser de outro partido qualquer, mas hoje é mais um dia negro, essencialmente para aqueles que tiveram o gosto de privar com ele em todos os meios. Leu o Voto de Pesar, que a seguir se transcreve: “Faleceu, no passado dia 02.12.2021, o deputado do Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia Municipal de Gondomar, Dr. Paulo Jorge Ferreira Machado que, de forma marcante, vinha exercendo este cargo, para o qual foi eleito, desde 2017. -----

----- Nascido em Luanda, há 50 anos, era uma daquelas figuras que rareiam no panorama político autárquico, não apenas pela força das suas convicções e princípios, mas, sobretudo, pela forma liberta e desempoeirada com as defenda. -----

----- Começou a sua vida profissional exercendo funções no setor privado – quer como consultor, quer como formador – na área dos Recursos Humanos para, logo de seguida, abraçar, de corpo e alma, o desafio da função pública sempre ligado às questões do emprego e da formação. -----

----- Foi enquanto quadro do mapa de pessoal do Instituto do Emprego e Formação Profissional, que exerceu diversas funções técnicas, quer neste instituto, como técnico superior, quer no âmbito da estrutura de apoio técnico do Programa Operacional de Emprego, Formação e Desenvolvimento Social na vertente de auditoria técnico-pedagógica e contabilístico-financeira. -----

----- Irá ainda trabalhar no Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, no quadro do Programa Operacional Potencial Humano, na Unidade de Desenvolvimento do Emprego do Centro de Emprego do Porto e, a experiência acumulada ao longo de décadas de trabalho, será a fundamentação necessária para vir a ser nomeado como diretor do Centro de Emprego de Matosinhos. -----

----- Licenciado em Psicologia, com especialização na área de Psicologia do Trabalho e das Empresas, pela Universidade do Porto, onde também foi Vice-Presidente da Associação de

Estudantes, nunca parou de incrementar a sua valorização académica, e do seu currículo constam inúmeras formação e cursos de especialização, quer em matérias atinentes aos recursos humanos e formação, quer nas áreas de gestão pública. -----

Estas ferramentas técnicas permitiram-lhe desenvolver relações muito próximas com entidades empregadoras e trabalhadores, tendo sido responsável pela intermediação de vários profissionais, quer no setor privado, quer no setor público, influenciando, de forma positiva, a vida dessas pessoas. -----

----- Este vasto currículo laboral, foi importante para uma profícua vida associativa e pública que exerceu em paralelo. E foi este sentimento de preocupação com as pessoas, a sua inserção na comunidade e no seu futuro individual que fez a diferença. -----

----- Sempre soube estar na via profissional e pública da mesma forma. Não havia gondomarenses ou portugueses de primeira ou de segunda, defensor intransigente das liberdades e da democracia política era uma daquelas figuras que era querida por pessoas providas de diferentes quadrantes políticos. -----

----- Marcou de forma positiva, pelo seu carácter humanista, democrata e participativo, as associações onde esteve, quer, por exemplo, enquanto presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Associação de Pais e Encarregados Educação da Escola Secundária Filipa Vilhena, no Porto, quer pela multiplicidade de cargos que exerceu a nível partidário, nos Trabalhadores Sociais Democratas e no Partido Social Democrata. -----

----- É aqui que faz da máxima de Sá Carneiro uma forma de estar na vida: *“Não encaro a política como uma carreira, nem sequer como uma profissão, encaro-a efetivamente como correspondência a um dever de cidadania”*. Por esse motivo, sem pedir nada em troca, exerceu inúmeros cargos em estruturas partidárias, nacionais, distritais, concelhias e de freguesia, tendo ainda feito parte de dezenas de grupos de trabalho que acompanharam diversos atos eleitorais nacionais, autárquicos e para a União Europeia. -----

----- Para a casa da democracia que é, e será, a Assembleia Municipal de Gondomar, é pertinente enaltecer o currículo profissional e político do Dr. Paulo Jorge Ferreira Machado pedindo que esta casa comungue de um minuto de silêncio em sua homenagem. -----

----- Contudo, não podemos, neste momento, deixar de lembrar o amigo e homem de família que era o nosso, vosso, Paulo Machado. Estas duas características eram inseparáveis.

Era impossível falar dele sem nos lembrarmos da sua esposa Ana Magalhães, ou dos seus filhos Ana Beatriz e Bernardo. -----

----- Eram o seu orgulho, motivo de inspiração e com os quais o Paulo Machado se sentia verdadeiramente feliz. Os passeios de fim de semana, as viagens e a fotografia – a preto e branco como tanto gostava – revelam, nas suas palavras, *“(...) que gostam de aproveitar o que é bom... o movimento, a cultura, ...os prazeres que nos enchem a alma”*. -----

----- Mas guardamos na retina a participação cívica, também em conjunto, que ele e a sua família partilhavam, e tanto incentivam, e para a qual nos deixam uma imagem, de bandeiras erguidas bem alto, a defender os valores em que acreditavam. -----

----- Essa era a influência do Paulo que transbordava o seu núcleo familiar e atingia-nos a todos. -----

----- Escreveu em fevereiro de 2019, no seu blogue Opinião Escrita, que a *“A Lealdade é um valor que está presente em todos os grandes momentos da História. É o elemento que tempera todos os movimentos que englobam liderança e, no essencial, é o que constitui o cerne da democracia e do funcionamento das instituições”*. -----

----- Não podíamos estar mais de acordo com ele. Porque assim era o Paulo, e assim demonstrou a sua vida. Homem de família, trabalhador, amigo, companheiro e, por isso mesmo, Leal até ao fim”. -----

----- JOSÉ MANUEL CARDOSO ALVES PEREIRA (1.º Secretário, substituto legal do Presidente da Mesa) – A Mesa quer também associar-se a esta homenagem e vamos então fazer um minuto de silêncio. -----

----- **2. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia (bem como do seu substituto) para representar as Juntas de Freguesia deste Concelho no XXV Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses.** -----

----- Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, foi apresentada uma proposta que indica o Senhor **António José Ribeiro Brás**, Presidente da Junta de Freguesia de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim e como substituto, o Senhor **Manuel José dos Santos Paiva**, Presidente da Junta de Freguesia de Melres e Medas, que adiante segue. -----

06. DEZ 2021

[Handwritten signatures and initials]
listas A

Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia Municipal de Gondomar

ASSUNTO: XXV CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES
ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA E SEU SUBSTITUTO

O Grupo Municipal do Partido Socialista, propõe para representar as Juntas de Freguesia do Município de Gondomar, no XXV Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, que terá lugar nos dias 11 e 12 de dezembro de 2021, em Aveiro, os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia:

Efetivo: António José Ribeiro Bráz, Presidente da Junta de Freguesia de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim;

Suplente: Manuel José dos Santos Paiva, Presidente da Junta de Freguesia de Melres e Medas.

Gondomar, 06 de dezembro de 2021

[Handwritten signatures and names of the Group Municipal members]
O Grupo Municipal
Francisco Cruz
João Ribeiro
Ximenes Lopes
José António
Manuel José dos Santos Paiva
Manuel Ferreira
Santos Ferreira

----- Procedeu-se à votação, por escrutínio secreto, a qual obteve o seguinte resultado: -----

----- VOTAÇÃO: vinte e quatro (24) votos favor, dois (2) votos contra, catorze (14) votos em branco. -----

----- NUNO FONSECA (Presidente da Junta de Freguesia de Rio Tinto – É a primeira vez que estamos nesta Assembleia, neste mandato e isto acontece várias vezes. A eleição que se fez, é uma eleição para escolher um Presidente de Junta, para representar os Presidentes de Junta no Congresso da Associação Nacional de Municípios e nós, os sete Presidentes de Junta, sentimo-nos de alguma forma quase desconsiderados, pelo facto de haver votos contra numa votação destas, acho que não se justifica, acho que não faz sentido, qualquer um dos sete poderia ser, independentemente dos partidos políticos que estão aqui. Achamos uma deselegância, que haja votos contra numa situação destas. -----

----- **3. Transferência de competências para as Autarquias Locais no domínio da Ação Social – Proposta da Câmara Municipal.** -----

----- DANIEL VIEIRA (CDU) – Primeira nota, um cumprimento democrático, um cumprimento especial ao Partido Social Democrata e por seu intermédio à família do Paulo Machado e começar por dizer que, em pontos da ordem de trabalhos que fala diretamente em eleição, não se abre exceção para falar. Sob o ponto em apreço, que tem a ver com esta proposta da Câmara Municipal, para a não aceitação da transferência da área da Ação Social, duas ou três considerações por parte da CDU. Não é a primeira vez que discutimos isto, que a Câmara discute e que esta Assembleia Municipal é chamada a pronunciar-se sobre esta matéria, nós

quando foi aprovada a Lei Quadro, que previa um conjunto de transferências para os municípios, chamamos a atenção para o conteúdo, para a dimensão dessas mesmas transferências, daquilo que era de facto uma transferência de encargos que não era devidamente acompanhada com os meios necessários para a sua execução. O Estado Central, a descentralização, aparentemente há um consenso democrático em torno da descentralização, mas a verdade é que continuamos a não ter uma descentralização, o que estamos é perante uma desconcentração de poderes em que a matéria do ponto de vista da decisão política continua a ficar na Administração Central e aquilo que é passado para as Autarquias é a mera execução que não é acompanhada pelos respetivos meios e até em algumas matérias em questões que tem a ver com a responsabilidade do Estado Central, como esta proposta da Ação Social. Também dizer, que há outras matérias que nós alertamos, quer no campo da educação, do património, da saúde que se perspetivam a sua passagem imediata para as autarquias e que no nosso entendimento a sua aceitação tácita terá consequências a médio e a longo prazo, do ponto de vista que é a resposta às populações. Nesse ponto de vista, queremos dizer que aprovaremos e votaremos a favor, ou seja, acompanhamos a Câmara, tal como a nossa Vereadora também o declarou relativamente a esta matéria em concreto, mas relativamente a todas as outras áreas que estão previstas e que estão consideradas relativamente à transferência de competências. Chamamos a atenção para o que elas significam do ponto de vista do futuro, daquilo que é o Orçamento Municipal e naturalmente que é a capacidade de o município responder às populações em matérias

sociais fundamentais e que do nosso ponto de vista não são acompanhadas com os respetivos meios. -----

----- SARA SANTOS (BE) – O Bloco é contra as transferências de competências, tal como já fizemos saber noutras assembleias municipais e é contra nos moldes em que está feita, não só pelo facto de não ser acompanhada pelos meios, como disse o Deputado Municipal da CDU, mas também porque não é acompanhada dos recursos económicos adequados para que esta transferência de competências seja feita, por isso o Bloco acompanha a Câmara no seu sentido de voto. Queremos também alertar que no dia um de abril de dois mil e vinte e dois, estas competências irão passar automaticamente como está escrito no decreto e creio que devíamos propor um debate sério e com mais tempo nesta Assembleia Municipal, sobre esta questão, porque é uma questão que vai afetar todos os municípios e não só na área da ação social e também poderá afetar a transferência para as Juntas de Freguesia. Queria também deixar o nosso voto de pesar do Bloco de Esquerda ao Grupo Municipal do PSD. -----

----- JOÃO FIGUEIREDO (IL) – Faço também das minhas palavras o reforço do voto de pesar pelo Deputado falecido recentemente. É estranho, porque nesta sala quem ouvir a declaração da Câmara, fica com a perceção que ninguém queria isto e fica-nos a dúvida no ar, quem é que realmente quer isto, que tipo de governo está a governar Portugal e está a forçar isto aos executivos pelo país todo, quando claramente há aqui uma posição dominante, de que não somos a favor desta passagem das competências, muito menos da forma como está a ser feita e também sem os recursos financeiros necessários para uma boa execução. A nota que eu dou

a todos é que não temos nenhum tipo de influência sobre isto, os partidos aqui representados e que vieram aqui dizer que são contra, tiveram algum tipo de influência? A própria Câmara, faz parte de um partido que neste momento governa Portugal e que promove esta transferência de competências? Estamos todos a aceitar sem fazer nada nos devidos círculos? É neste aspeto, que a Iniciativa Liberal se distingue dos outros, não é apenas aqui que estamos contra estes processos de descentralização. Publicamente o partido é contra estes processos de descentralização. Sim, mas não com esta forma, não com estas competências e não com estes recursos necessários. É desta forma que reitero que iremos aprovar e apoiar a proposta da Câmara de votar contra a aceitação das competências e temos que voltar a pensar neste tema, porque elas vêm aí e de certeza que vão ter um impacto no Orçamento da Câmara e já agora deixo a questão. Noutras Câmaras, foi feita uma análise, qual seria o impacto destas transferências e nós aqui em Gondomar, sabemos? -----

----- FERNANDO CERQUEIRA (PS) – Dizer que o meu camarada Nuno Fonseca, veio aqui com legitimidade, qualquer Deputado, pode após uma votação fazer uma declaração para a ata, a lei e o regimento permite isso. Quanto à proposta, o Partido Socialista é a favor das transferências de competências, é preciso que as mesmas venham com as condições capazes de servir a população, e os municípios puderem ter capacidade para trabalhar com recursos e com meios financeiros, somos a favor, desde que haja recursos, que também haja do Governo para a Câmara e também mais transferência das Câmaras para as Juntas de Freguesia, que estão mais próximas da população. -----

06.DEZ 2021

Assembleia Municipal

----- VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Só para dizer, que não podemos dizer que a Câmara nada fez, a Câmara apresenta uma proposta onde justamente o que aqui traz é não aceitar a transferência de competências, nesta matéria para o ano de 2021. Nós somos favoráveis há transferência de competências, há descentralização administrativa, há aproximação dos sítios onde as decisões devem ser tomadas que é próximo do cidadão. Temos defendido essas opções e estamos a falar de uma opção de fundo e por princípio somos favoráveis à transferência de competências, nesta matéria é tudo muito incerto. Em Gondomar, no que diz respeito a esta matéria da educação, já tinha transferência de competências antes desta situação se colocar, nessa área em particular estamos mais habilitados para tirar algumas conclusões. Nas outras áreas é tudo muito incerto, de forma cautelar, devemos recusar, até porque no caso da ação social os mapas com as transferências de competências só saíram em outubro e por isso é que estamos aqui outra vez a discutir e votar uma coisa que já votamos no ano de 2020. Sucede que houve atraso do Governo na elaboração dos mapas com as verbas a transferir, que só foi publicada em outubro passado e deu-se a interpretação de que com esses mapas, a fixação dos montantes seria necessário mandar uma nova deliberação e por isso é que estamos aqui hoje outra vez a decidir sobre essa matéria. Eu concordo com tudo o que foi dito, é obvio que a transferência de competências tem de ser acompanhada com um envelope financeiro correspondente e que permita exercer essas competências. A proposta que a Câmara traz é de não aceitar a transferência de competências estando mais ou menos ciente que a partir de abril essas

transferências independentemente da nossa vontade vão ser transferidas para os municípios. De qualquer modo, teremos de estar atentos e obviamente reclamar o que for de direito, não podemos é dizer que não fizemos nada, nós não aceitamos a competência com estes argumentos, que julgo são partilhadas por todos e no futuro se essas transferências acabarem por ser transferidas, obviamente que iremos defender que sejam transferidas com um envelope financeiro necessário, para que as mesmas possam ser plenamente exercidas. -----

----- VOTAÇÃO: Aprovada por maioria, com trinta e oito (38) votos a favor (23 PS + 6 PPD-PSD + 4 CDU + 2 BE + 1 CH + 1 PAN + 1 IL) e duas (2) abstenções do CDS/PP. -----

----- Pelo Grupo Municipal do CDS/PP, foi entregue a declaração de voto, que adiante segue.

06.DEZ 2021



Assembleia de Municipal de Gondomar
Declaração de Voto – Transferência de competências para as Autarquias Locais no
domínio da Acção Social

Relativamente ao terceiro ponto da Ordem de Trabalhos, da Assembleia Extraordinária que teve lugar no passado dia 06 de Dezembro, o Ponto 3 referente à Proposta apresentada pelo Executivo Municipal, no que diz respeito à transferência de competências para as Autarquias Locais, no domínio da Acção Social, o Grupo Municipal do CDS optou por se abster, pelos seguintes motivos:

1. A Concelhia do CDS de Gondomar discorda totalmente da forma como a Descentralização tem vindo a ser posta em prática pelo Governo, que transforma as Autarquias em meras "tarefeiras" do Estado Central e na maior parte dos casos, o processo de descentralização nem sequer é devidamente acompanhado pela adequada sustentabilidade financeira bem como pelos recursos humanos necessários para a sua boa execução, sendo este apenas mais um desses casos;
2. A Concelhia do CDS de Gondomar entende que este processo de Descentralização na realidade mais não passa do que uma mera e mal coordenada Desconcentração de competências, atendendo a que o poder de decisão permanece centralizado em Lisboa, no Governo, cabendo apenas às Câmaras Municipais a mera execução das competências que se pretendem atribuir;
3. O CDS sendo um Partido que tem vertida na sua Declaração de Princípios a defesa do Personalismo Humanista da Democracia-Cristã, em que o princípio da subsidiariedade é um dos seus eixos, defendemos que a Regionalização seja sujeita a Referendo popular, sendo este o verdadeiro caminho de descentralização de competências, quer as Deliberativas, quer as Executivas, porque é o Poder Local aquele que está mais próximo das Populações e que conhece as suas dificuldades e as assimetrias dos territórios;

Os Deputados do Grupo Municipal do CDS

Pedro Carvalho

Urbano Marques

Gondomar, 10 de Dezembro de 2021

geral@cds-gondomar.com

www.cds-gondomar.com

----- **B - Período de depois da ordem do dia** -----

----- Não houve intervenções. -----

----- Esgotada a Ordem de Trabalhos, foi esta minuta lida e aprovada por unanimidade. -----

----- A sessão foi encerrada às vinte e duas horas e quinze minutos, do dia 06 de dezembro de 2021. -----

O PRIMEIRO SECRETÁRIO,
(Substituto legal do Presidente da Mesa)



A SEGUNDA SECRETÁRIA,
(Substituta legal do 1.º Secretário)

